

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 57.983 - RJ  
(2018/0158949-3)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE : ANA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO**  
**ADVOGADO : BRUNO FILIPE DE OLIVEIRA RIBEIRO - RJ187086**  
**EMBARGADO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

### **DECISÃO**

ANA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO opõe embargos de declaração em face da decisão de fls. 1.048/1.052, que negou provimento ao recurso ordinário.

Alega a existência de omissões por falta de análise da motivação do inconformismo, que repete integralmente intercalando comentários, toda ela imprescindível para a solução da controvérsia.

Sustenta que o decisório é genérico, ofende princípios constitucionais e referenda teratologias cometidas pelo TJRJ.

O ESTADO RIO DE JANEIRO apresentou impugnação às fls. 1.067/1.072, acenando com a inexistência dos vícios apontados na decisão embargada e a mera pretensão de rejugamento da causa.

Assim resumida a questão, passo a decidir.

A decisão embargada já promoveu análise dos argumentos da defesa, nada havendo para acrescentar.

Conclui-se que, qualquer que seja a questão, não cabe mandado de segurança como substitutivo do recurso próprio, nos termos da Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal, Corte que é a guardiã da Constituição Federal, de forma que sua edição não conflita com os princípios constitucionais elencados pela parte.

Como é notório, os embargos de declaração possuem regramento próprio, voltado à complementação ou declaração do verdadeiro sentido de uma decisão eventualmente omissa, contraditória ou obscura, não sendo dotados, em regra, de efeito modificativo.

No presente recurso, busca-se, em verdade, a alteração do julgado por via

sabidamente inadequada, na medida em que os embargos de declaração são recurso de fundamentação vinculada, adstrito à correção dos vícios de omissão, contrariedade, obscuridade ou, ainda, erro material. Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL  
EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA.  
IMPONTUALIDADE. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.  
EXECUÇÃO FRUSTRADA. DESNECESSIDADE. LIQUIDEZ  
DO TÍTULO. SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO PARA  
INCLUSÃO DO VALOR DOS ENCARGOS E ABATIMENTO  
DOS PAGAMENTOS PARCIAIS. ACLARATÓRIOS.  
AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EFEITOS INFRINGENTES.  
IMPOSSIBILIDADE. DESCABIMENTO.

(...)

2. Ausentes as hipóteses insertas no art. 535 do CPC, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade, não merecem acolhida os embargos que se apresentam com nítido caráter infringente, onde se objetiva rediscutir a causa já devidamente decidida.

3. Caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, ensejando a aplicação da multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC.

4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

(Quarta Turma, EDcl no AgRg no Ag 1.073.663/PR, Rel. Ministro LUÍS FELIPE SALOMÃO, DJe de 16.8.2011)

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília/DF, 26 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora